



**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01 / 2020**

**(SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS)**

**(Processo Administrativo nº 23242.000779/2020-78)**

**ANEXO IV - DECLARAÇÃO A SER APRESENTADA PELA PESSOA JURÍDICA  
CONSTANTE DO INCISO IV – ART. 4º DA IN RFB nº 1.234/12.**

**(Empresas Isentas)**

Ilmo. Sr. \_\_\_\_\_ (Nome da entidade), com sede  
\_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob nº \_\_\_\_\_ DECLARA à  
\_\_\_\_\_, que não está sujeita à retenção, na fonte, do IRPJ, da CSLL, da  
COFINS e da Contribuição para o PIS/PASEP, a que se refere o artigo 64 da Lei nº 9.430,  
de 27 de setembro de 1996, que é entidade sem fins lucrativos de caráter  
\_\_\_\_\_, a que se refere o art. 15 da Lei nº 9.532, de 10 de dezembro de  
1997.

Para esse efeito, a declarante informa que:

**I – Preenche os seguintes requisitos, cumulativamente:**

1. É entidade sem fins lucrativos;
2. Presta serviços para os quais foi instituída e os coloca à disposição do grupo de pessoas a que se destinam;
3. Não remunera, por qualquer forma, seus dirigentes por serviços prestados;
4. Aplica integralmente seus recursos na manutenção e desenvolvimento de seus objetivos sociais;
5. Mantém escrituração completa de suas receitas e despesas em livros revestidos das formalidades que assegurem a respectiva exatidão;
6. Conserva em boa ordem, pelo prazo de 05 (cinco) anos, contada da data da emissão, os documentos que comprovam a origem de suas receitas e a efetivação de suas despesas, bem como a realização de quaisquer outros atos ou operações que venham a modificar sua situação patrimonial; e
7. Apresenta anualmente Declaração de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica (DIPJ), em conformidade com o disposto em ato da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB);

**II – O signatário é representante legal desta entidade, assumindo o compromisso de  
informar à RFB e à unidade pagadora, imediatamente, eventual desenquadramento da**



presente situação e está ciente de que a falsidade na prestação dessas informações, sem prejuízo do disposto no art. 32 da Lei nº 9.430, de 1996, o sujeitará, com as demais pessoas que para ela concorrem, às penalidades previstas na legislação criminal e tributária, relativas à falsidade ideológica (art. 299 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de setembro de 1940 – Código Penal) e ao crime contra a ordem tributária (art. 1º da Lei nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990).

Local e data: \_\_\_\_\_

Nome, RG e CPF do responsável

**Assinatura do responsável**



---

*Emitido em 27/11/2020*

**FORMULÁRIO Nº 2404/2020 - CLCSR (11.01.06.02.04.03)**

**(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)**

*(Assinado digitalmente em 27/11/2020 12:00 )*

**RENATA ROTTA**

*DIRETOR*

*2624193*

Para verificar a autenticidade deste documento entre em <https://sig.iffarroupilha.edu.br/documentos/> informando seu número: **2404**, ano: **2020**, tipo: **FORMULÁRIO**, data de emissão: **27/11/2020** e o código de verificação: **d075449883**